

Editorial

NEGÓCIO
SÉRIO

Denúncias têm sido encaminhadas aos jornais dando conta de construtoras que não vêm cumprindo o compromisso de entregar na data unidades habitacionais contratadas com os adquirentes. Em dois empreendimentos, 240 famílias poderão ser prejudicadas. As obras ainda não saíram do chão.

Infelizmente, comprar na planta continua sendo um risco. A estabilidade monetária trouxe mais segurança aos negócios, mas a execução dos projetos depende também de outros fatores, como a gestão financeira e técnica dos empreendedores. Mesmo construtoras idôneas estão sujeitas a abalos.

Na época da inflação alta, isso era rotina. O empreendedor recebia o dinheiro do consumidor e, por causa da desvalorização da moeda, não conseguia executar o projeto. Ainda hoje, na cidade, há vários edifícios abandonados, com as pendências se arrastando na Justiça. Alguns foram até tomados por sem-teto.

Com a estabilidade, várias empresas construíram uma imagem positiva porque passaram a cumprir os contratos com os consumidores. Foram, no entanto, atacadas de gigantismo, e os problemas sobrevieram. O capital próprio ou dos financiamentos tornou-se insuficiente para bancar todos os empreendimentos.

Depois da fase em que os negócios foram tocados com capital próprio, para reduzir os riscos do empresário, foi adotada a prática de transferir o resto do financiamento para o sistema financeiro da habitação. No entanto, até isso não vem dando certo, indicando que alguma coisa anda errada.

Os consumidores que se precavem. No caso de descumprimento do contrato pelo empreendedor, eles têm direito de receber de volta o valor integral, com correção monetária. As demandas devem ser encaminhadas ao Procon, que é o órgão encarregado de dirimir as questões relativas aos direitos dos consumidores.

Casa própria é um negócio muito sério e não pode ser tratada com irresponsabilidade.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Teodomiro Braga
DIRETOR FINANCEIRO Marcos de Oliveira e Souza

GERENTE COMERCIAL
Leandro Figueiredo

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Alessandra Soares

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTA DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Aline Reskalla

EDITORES
Primeira Página: Robert Wagner
Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlton Aredes
Política: Carla Kreefft
Magazine: Silvana Mascagna
Fotografia: Leonardo Lara
Brasil/Mundo: Carla Chein
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Carla Alves

O.PINIÃO

Duke



DUKE

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Não silêncio sobre direitos e cidadania para não ser cúmplice

Sobrevivesse ou não, deveria “entrar na Justiça”

O que dizer a um marido que dirige 120 quilômetros com a mulher em coma, 13 dias após o parto, e não encontrou socorro no caminho, embora tenha tentado num hospital em Pará de Minas? Disse-lhe que desconhecer os riscos dá coragem para atos como o dele.

Raramente algo me surpreende num pronto-socorro, depois de tantos anos pelejando. Mas às 6h30 da manhã, após quase 24 horas de plantão, ver o enfermeiro levando uma mulher jovem, aparentemente em coma, para a sala de emergência, e saber que ela veio no carro da família, de um lugar a 120 km da capital, é estranho. Pois Minas é o Estado que mais possui ambulâncias e tem enraizada, desde priscas eras, a ideia da ambulância como, em si, um serviço de saúde. Candidato dono de ambulância não perde eleições nas Gerais.

Doente atendida, ânimos serenados e saindo do plantão, fui à portaria. Lá, uma família desolada: o marido, o filho de uns 8 anos, a mãe e uma irmã da mulher com um bebê de 13 dias nos braços. Uma cena chocante. Procurei chão ao saber que todos vieram no mesmo carro! Sem saber o que dizer, mas, como sou prática, pedi a uma enfermeira que providenciasse um pediatra para examinar o bebê e orientar a família sobre a sua alimentação. O que foi feito.

Meu mal-estar era profundo. De que adiantam as minhas lágrimas? De nada! Então, eu as engoli. Disse ao marido que tudo o que a medicina sabia fazer seria feito, porém estávamos recebendo a mulher em estado gravíssimo; e, se ela sobrevivesse ou não, em nome da dignidade e da memória dela, ele de-

veria “entrar na Justiça” para que os responsáveis fossem punidos exemplarmente. É uma história que não pode receber o selo da impunidade. Urge que as “autoridades competentes” demonstrem competência, saindo do imobilismo e tomando alguma providência. Morbimortalidade materna tem responsáveis, sempre!

O casal, ela com 37 anos, reside em Conceição do Pará (MG). No dia 11 de maio, ela fez uma cesariana em Pitanguí (MG). Obteve alta no dia seguinte. No dia 19, apresentou forte dor de cabe-

É uma história que não pode ficar impune. Urge que tomem alguma providência. Morbimortalidade materna tem responsáveis, sempre!

ça. Foi ao médico. Mesmo medicada, na sexta-feira à noite, a dor se tornou insuportável. Pediu ao marido que a levasse a Pará de Minas, um lugar de “mais recursos”. Não foi atendida. A mãe declarou que pedia para que não deixassem a sua filha morrer e implorou por uma ambulância. E nada! Sem nenhum médico ter se dignado a vê-la, da porta do hospital, a família pegou a estrada para Beagá. Era sábado, 22 de maio. Amanhecia. No mesmo dia foi para o CTI, num pós-operatório neurocirúrgico (hemorragia subaracnoidea). Era uma paciente que precisava vir para Beagá, pois em sua cidade e

naquela onde não foi acolhida eram poucos os recursos para a doença dela. Todavia, faria uma enorme diferença para ela ter sido atendida antes e transportada adequadamente. São cenas chocantes de descasos assim que dão todo sentido ao 28 de maio – Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, e no Brasil, desde 1994, Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna. “Morte materna é a morte de uma mulher durante a gestação, ou dentro de um período de 42 dias após o parto, independentemente da duração ou localização da gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela”.

O 28 de maio é uma vitrine da história do feminismo e de todos espaços de resistência da luta mundial das mulheres pelo direito à saúde, em especial o sagrado direito de não morrer antes do tempo por causas preveníveis e evitáveis, e nem cruel, como a morte materna.

HÉLVIO

